



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO VIÉS DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA: FACILIDADES E LIMITES.**

EDUARDO SANTOS ARAUJO

BELO HORIZONTE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO VIÉS DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA: FACILIDADES E LIMITES.**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

Dedico este trabalho à Escola Estadual dos Palmares (como personificação de toda uma comunidade escolar), que através das suas potencialidades e debilidades tem me feito um gestor mais maduro e um ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, inteligência e riqueza imaterial humana.

À minha família e amigos que durante o percurso me “cederam” para esta tarefa.

A toda Equipe da Escola de Gestores/UFMG, em especial aos professores Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira e Sérgio Teixeira da Silva, que me são caros e que tão eficazmente me acompanharam na trajetória de tornar-me especialista em gestão escolar.

Aos colegas da Turma 4 – Belo Horizonte – e em especial, às colegas Renata, Selma e Natália, que nas suas particularidades me trouxeram lições e auxílios singulares. Foi um prazer trabalhar com vocês! Quantos pensamentos meus partiram das nossas conversas e se construíram pela troca de experiências no AVA e demais ambientes virtuais!

“O direito à Educação não pode prescindir do direito a infraestruturas condizentes com uma educação de qualidade”.

Eduardo Araujo, 2015.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é fruto da análise do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual dos Palmares (Ibirité-MG), quando surgiu a temática fulcral da infraestrutura escolar como proposta a ser revista nos parâmetros da gestão democrática. O texto critica a heterogestão em contraponto da gestão compartilhada, justificando tal postura nas bases legais e preceitos que podem gerar aprendizagem efetiva nas escolas. É avaliado ainda o quanto a infraestrutura escolar pode influenciar no resultado dos alunos e a importância de defender o direito à educação incluindo infraestrutura adequada e equidade.

PALAVRAS-CHAVE: infraestrutura escolar, gestão democrática, projeto político-pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2.0 INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO VIÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: FACILIDADES E LIMITES.....	11
2.1 Panorama do problema da infraestrutura escolar.....	11
2.2 Histórico de infraestrutura da EEP.....	13
2.3 Gestão democrática e colegiado escolar – conceitos e possibilidades.....	14
2.4 Gestão escolar, colegiado e projeto político-pedagógico – relação necessária à democracia no âmbito da escola pública.....	17
Conclusão.....	19
Referências.....	21
ANEXO Projeto Político-Pedagógico.....	23

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual dos Palmares nasceu em 1986 como resultado dos apelos da Comunidade do Bairro Palmares (Ibirité-MG) ao poder público a partir de demanda já existente à época. A Comunidade, após a criação de uma Associação de Bairro, julgou como necessária a implantação de uma Escola como uma das primeiras ações, o que aparentemente traria prestígio à própria associação e aos moradores da região:

A Escola dos Palmares veio a existir sete anos após a fundação da Associação. Nesse intervalo de tempo muitos acontecimentos se passaram. [...] o grupo começou realmente a funcionar a 20 de março de 1986, com seis classes e 240 alunos em dois turnos. Duas salas funcionavam no porão da casa do Sr. Ademar e quatro funcionavam no prédio recém construído.¹

Nascendo como prova da força de uma comunidade, a Escola Estadual dos Palmares mostra já no seu momento primevo a falta de infraestrutura, como é possível depreender da citação do fragmento da publicação acima mencionada.

Partindo do grande desafio de construir um Projeto Político-Pedagógico (PPP) para a escola em pauta, uma das equipes de estudantes da Escola de Gestores visitou a escola, se inteirou das suas demandas, ouviu os seus segmentos para promover a escrita do PPP no âmbito escolar.

No final do ano de 2014, a Escola iniciou obras para reformulação de boa parte do seu espaço, mas à época da escrita do PPP, ainda era latente a inquietude de todos sobre a precariedade da maioria dos espaços escolares, o que a reforma atual ainda não resolverá integralmente.

Este estudo busca analisar os problemas da infraestrutura escolar e suas interferências no cotidiano do trabalho da escola, enquanto aparelho público pertencente à comunidade e sociedade no geral, com o objetivo precípuo de

¹ Fragmento do texto “A História da Escola Estadual dos Palmares” – adaptado pela Professora Glêsiane C. Alaor, a partir da publicação “Palmares: Revista Dirigida”, de Junho de 1990, da Associação de Apoio a Creches Comunitárias Casa da Vovó. Disponível em <https://sites.google.com/site/eedospalmares/a-ee-dos-palmares-e-sua-criao>, acesso em 09 fevereiro 2015.

apontar para as possibilidades de enfrentamento de tais problemas pela gestão escolar, que se quer democrática, compartilhada e participativa. Deste modo, a análise partirá das debilidades da gestão democrática no viés da infraestrutura escolar, sob olhar atento de teóricos da educação que subsidiem uma análise genérica e com apontamentos módicos de caminhos possíveis para melhoria de tais aspectos nas unidades de ensino. Nos dias atuais, as tecnologias se renovam em inacreditável velocidade e o sujeito estudante que se apresenta trazendo consigo suas próprias demandas sociais e objetivos muitas vezes distintos do que as equipes docentes julgam. Urge que a escola apresente equipamentos capazes de dar conta da ubiquidade, dos objetivos sociais da escola e de se apresentar dignamente como um aparelho público plausível do objetivo que esta necessita ter: a formação de qualidade com abertura à comunidade na qual está inserida.

A escola se constrói a partir da comunidade e sua participação efetiva como já sinalizado *a priori*. Com este foco, a Escola Estadual dos Palmares (doravante EEP) está situada no município de Ibitité (MG) e será o aporte estrutural concreto na análise da temática proposta – a infraestrutura escolar. O tema ora tratado advindo do processo de construção do projeto político-pedagógico da escola apareceu como base fulcral na fala de todos os segmentos escolares, que por sua vez indicaram a necessidade de intervenções infraestruturais profundas no prédio escolar e adequações às necessidades reais da comunidade do entorno.

Além da análise dos cuidados com o planejamento e execução de manutenções infraestruturais constantes por uma gestão de escuta aos diversos segmentos da escola – que pode ser denominada gestão democrática –, é necessário também abordar o quanto da infraestrutura pode influenciar nos resultados escolares, haja vista às afirmações de Andrade & Laros, (2007) *et al.*:

Vários fatores têm sido apontados na literatura como determinantes para bons resultados. Destaca-se, por exemplo, a participação dos pais na vida escolar, trajetória escolar do estudante, o nível socioeconômico, recursos técnico-pedagógicos, instalações

físicas/infraestrutura, variáveis relacionadas aos professores, etc. (ANDRADE & LAROS, (2007) *et. al. apud* NETO *at. al.*, p. 378).

Neste sentido, destacando entre os fatores supracitados a infraestrutura, a partir da gestão democrática, pretende-se enfatizar a importância deste enfoque para o gestor, que se pretenda atento e participativo ao direito à educação com qualidade escolar na sua integralidade.

2.0 INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO VIÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: FACILIDADES E LIMITES

2.1 Panorama do problema da infraestrutura escolar

Segundo Anísio Teixeira (1935) Instalações adequadas são condição de possibilidade para que haja trabalho educativo:

para ele sem instalações adequadas não poderia haver trabalho educativo, e o prédio, base física e preliminar para qualquer programa educacional, tornava-se indispensável para a realização de todos os demais planos de ensino propriamente dito. (TEIXEIRA, 1935 *apud* DÓREA, 2014, p. 151).

Na contemporaneidade, em muitas escolas públicas brasileiras é possível, não raro, encontrar infraestruturas precárias, sem as devidas manutenções e com debilidades que interferem veementemente no dia a dia das unidades de ensino, que têm seus alunos e servidores afetados em todos os aspectos que envolvem os serviços prestados pelo aparelho social e, especialmente, o trabalho pedagógico. Pressupondo as assertivas de Neto (2013), percebemos que a oferta de uma educação de qualidade – e a proficiência do alunado, por conseguinte – está ligada fortemente à oferta ou não oferta de infraestrutura escolar de qualidade. Há um número considerável de autores que defendem a influência infraestrutural sobre os resultados discentes, como por exemplo: Beltrame e Moura (2015), Riani (2004), Franco e Bonamino (2005) *apud* Oliveira (2015), entre outros. Um recorte de Riani (2004) *apud* Oliveira (2015) demonstra a influência significativa da oferta de uma melhor infraestrutura com os dados de maiores índices de frequência do alunado.

A escola não é só um equipamento para a construção da educação formal, pois extrapola tal designação, tornando-se também local de socialização, lazer e otimização do trabalho. Conforme Beltrame e Moura (2015):

O espaço escolar configura-se como elemento fundamental para a formação do ser humano. A busca da harmonia entre o usuário e o ambiente é uma questão que deve ser cuidadosamente relacionada, pois deve haver uma interação entre espaço físico, atividades pedagógicas e comportamento humano (p. 1 - 2).

Para tanto, os prédios escolares devem dispor dos elementos infraestruturais que deem conta de tarefa singular no social e político, a exemplo disso pode-se citar o uso da escola como local para eleições, campanha de vacinação, eventos culturais, entre outros e não apenas local da docência. Apesar de toda a sua importância, “tendo como base os dados do Censo Escolar de 2011, verificou-se que 44,5% das escolas brasileiras possuem infraestrutura elementar” (NETO *at. al.*, 2013, p. 378). Vale ressaltar que estrutura elementar é o primeiro nível na pesquisa do autor, estando abaixo da considerada “básica”.

Se é possível encetar a importância de uma boa infraestrutura para as escolas no geral, o que dizer quando esta representa um dos poucos ou único aparelho público no entorno de uma comunidade inteira em zona de vulnerabilidade social? Retomando Beltrame e Moura (2015), “o ambiente e os elementos que o compõem formam um conjunto inseparável que interfere diretamente nas pessoas que nele estão inseridas” (p.02). Neste contexto de escolas em zona de vulnerabilidade social significa dizer da necessidade de infraestruturas mais confortáveis que venham contrabalancear com a realidade do entorno, já que isto, partindo do pensamento das autoras pode incidir positivamente sobre o alunado advindo de tal meio. Segundo Érnica e Batista (2012), há uma segregação das infraestruturas escolares relacionada aos locais onde estão inseridas, como é possível denotar no seguinte trecho: “quanto maiores os níveis de vulnerabilidade social do entorno do estabelecimento de ensino, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais por ele oferecidas” (p. 640).

No Relatório “Direito à Educação no Brasil”², Haddad (2004) apresenta uma série de situações que impactam a qualidade da educação – como o “sistema do telensino” na educação básica, a grande quantidade de professores não habilitados nas disciplinas que lecionam, entre outros – e a vivência deste direito com destaque para a infraestrutura das escolas. Para Haddad, a melhoria das condições de infraestrutura escolar é questão emergencial, como

²“Trata-se de um relatório de pesquisa que procura avaliar como a Educação no Brasil tem sido tratada sob o ponto de vista dos direitos humanos” (Escola de Gestores, 2015).

se pode depreender da citação que se segue: “**Recomendação da Relatoria [...] - Melhorar imediatamente as condições de infra-estrutura física e pedagógica das unidades em funcionamento** (p. 35).³

As precariedades infraestruturais abarcam muitas capitais, regiões metropolitanas e interiores do Brasil, seja pelo pouco dinamismo e investimento do poder público, seja pela falta de gestores educacionais e escolares atentos a tais necessidades, entre outras causas. Neto *at al* (2013) concluem em seus estudos que há uma importante influência entre infra-estrutura das escolas, nível sócio econômico e proficiência discente. Esses autores ressaltam que, caso não haja uma política pública eficiente nesse sentido, sempre haverá disparidades, pois ao procurar uma escola para matricular seus filhos, pais socioeconomicamente menos providos encontrarão mais próximas às suas residências as escolas menos equipadas e de infra-estrutura elementar, o que os autores chamam de “efeito de seletividade”.

Assim, torna-se aguda a falta de equidade em termos educacionais brasileiros, pois, infelizmente, “...o Brasil ainda está distante, não somente da equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade” (NETO *at. al.* 2013, p. 97).

2.2 Histórico de infraestrutura da EEP

Como citado na introdução deste trabalho, A Escola Estadual dos Palmares teve já desde seu início falhas na concepção de infraestrutura. A EEP tem mais de 3.000 m² de área total, construída num terreno no alto de um declive, abarcando este dentro dos seus muros. Obervando o histórico infraestrutural da escola, vê-se que esta foi construída neste terreno por falta de opções melhores e que está próxima a uma rede de alta tensão elétrica da CEMIG, tendo tido inclusive dificuldades na aprovação do seu projeto por tal fato. O declive do terreno geraria em 2007 mais problemas com o corte feito nele para terraplanagem e construção de uma quadra poliesportiva que veio a ruir em

³ Grifo do autor.

2011, 30 dias após conclusão da construção. Além deste quadro periclitante, vários fatos que se tratarão nos próximos tópicos, geraram falta de manutenção no prédio das salas de aula, fazendo com que a escola se deteriorasse ainda mais. A Escola sofreu algumas intervenções na sua infraestrutura – como reforma da rede elétrica em 2002 e construção de um dos muros que caiu em 2011 –, todavia pela intermitência na qual ocorreram não funcionaram na mesma paridade com as necessidades de manutenção prediais. Retomando mais uma vez a publicação em Revista de 1990, percebe-se que sempre existiu a preocupação da comunidade com melhorias infraestruturais:

Em 1987, foi publicado seu Decreto de Criação [...] Neste mesmo ano, o prédio foi ampliado e foram criadas salas para as aulas de 5ª à 8ª séries. [...] Também nesse ano foi fundado um colegiado composto por pessoas da comunidade, funcionários e alunos e a escola passou a ter diretoria própria.

Este fato comprava-se também no histórico dos livros de atas da escola, nos quais nota-se em textos bastante antigos solicitações de medidas de manutenção, reforma e ampliação prediais. Depreende-se da citação acima, ainda, o fato da criação do Colegiado Escolar, algo que marca positivamente o contexto da EEP.

2.3 Gestão democrática e colegiado escolar – conceitos e possibilidades

O Colegiado Escolar, se caracterizado como um conselho gestor democrático, muito provavelmente se tornará ferramenta fundamental para que a gestão escolar dê certo, no sentido de ser eficiente e eficaz, já que é composto “por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola” (MEC 2004, Conselhos Escolares, Democratização da escola e construção da cidadania, p. 34 - 35).

A existência por si só do órgão colegiado não garante a gestão democrática. É preciso que os membros sejam devidamente capacitados para atuarem criticamente nas diversas situações e poderem opinar sobre os rumos da

escola na qual estão inseridos. Segundo Barreto, “esta é a chave para a melhoria da qualidade de ensino” (2015, p.2): a participação efetiva da comunidade no contexto escolar.

Com a atuação do colegiado a gestão passa a ser compartilhada já que:

Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. [...] Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. (MEC, 2004, p. 34 - 35).

A Carta Magna brasileira reza que a gestão educacional deve ser democrática (artigo 206 da Constituição Brasileira), corroborada pela LDBEN/1996 (artigo 3º). Inquestionavelmente a democratização social passa pela democratização da escola, pois “a contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta e exige a gestão democrática na escola” (MEC, 2004, p. 20).

Contudo não há especificidade de como se configura tal gestão na educação no geral ou nas escolas. É necessário então que, ao se apropriar de tais parâmetros da legislação as escolas incorporem, deem vida e façam valer tais preceitos de maneira que o objetivo do disposto em lei seja alcançado, sendo o colegiado escolar “uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã” (MEC, 2004, p. 34 - 35).

Não há dúvida de que a existência de conselhos escolares seja um possível nascedouro da chamada gestão democrática. A atuação dos membros deste conselho na construção de um projeto político escolar e na sua implementação, supervisão e avaliação cíclicas serão o desenvolvimento do que nasceu com a constituição de tal conselho. Noutras palavras, é preciso que o conselho escolar exista, tenha voz, e construa a gestão da escola em consonância com o diretor e demais membros da direção da escola.

Na participação colegiada pode estar a chave da conservação e implementação de melhorias infraestruturais. É neste aspecto que se imbricam as temáticas do colegiado escolar atuante (gestão democrática) e infraestrutura escolar. O atual ministro da educação do Brasil, Cid Gomes, em entrevista à TV NBR, sobre o novo programa do MEC, Diretor Principal, afirmou que o diretor de escola é um síndico. A comparação é bastante pertinente tanto no aspecto de que o síndico deve zelar pelos interesses dos seus agremiados, quanto por ser bastante conhecido pelo zelo que deve ter com as infraestruturas prediais. Um síndico bem assessorado pode fazer as intervenções e manutenções de infraestrutura a contento, já que não somente ele observará as necessidades prediais e de equipamentos, mas também os que o assessoram. Um diretor de escola com colegiado atuante dificilmente deixará de atender às principais demandas de cada categoria, já que a participação e interesse são de todos.

Apesar dos problemas infraestruturais apresentados desde a criação da EEP, o seu percurso histórico demonstrou que houve falhas na gestão que agravaram os problemas concernentes ao tema. A falta de conhecimento técnico por parte da direção, como de que modo planejar e angariar os recursos, como aplicar os recursos de manutenção, entre outros, levaram à infraestrutura da escola a patamares ainda mais elementares. Aliado a isto a falta de atuação real do colegiado escolar, que tinha um caráter mais formal que efetivo, e a negligência do poder público trouxe à comunidade escolar certo “abandono infraestrutural”, que explodiu em denúncias na mídia televisiva dispondo as imagens da escola com recortes que depreciaram ainda mais a realidade.

Situações como esta poderiam ser evitadas com medidas possíveis que partem da abertura da gestão aos interesses da comunidade através do colegiado escolar, capacitação técnica da direção e um projeto político-pedagógico que incentive as manutenções e melhorias infraestruturais e a busca pelos recursos públicos e parcerias privadas.

2.4 Gestão escolar, colegiado e PPP – relação necessária para a democracia no âmbito da escola pública

A inexistência e efetivação de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) já demonstra debilidade profunda em qualquer instituição educacional. Sendo o PPP o projeto que estrutura a ação escolar, a inexistência dele faz efeito “rebote”, à medida que não se tem objetivos e metas claros.

Segundo Veiga, 2014:

A participação dos professores e especialistas na elaboração do projeto pedagógico da escola e o congraçamento funcionam como balizamento da dimensão utópica da gestão democrática no âmbito das instituições públicas. Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade (p. 2).

Neste viés, a gestão democrática é instaurada a partir do PPP participativo. A interdependência do Colegiado escolar e PPP constroem a “teia” da gestão democrática.

Sendo assim, a gestão democrática na Escola Estadual dos Palmares já nascera alijada de bases firmes, pois no que tange a tais aspectos a escola se encontrava desprovida. Trazendo o foco para a infraestrutura escolar, a inexistência de um PPP desembocou cabalmente nas não intervenções infraestruturais tempestivamente e na manutenção predial deficitária. Evidencia-se assim concordar com Menezes-Filho e Amaral (2009) *apud* Oliveira (2015), quando “apontam que a influência dos gastos e recursos educacionais sobre o desempenho discente pode estar estreitamente relacionada a questões outras de gestão e de políticas educacionais” (p. 12).

Deste modo, a falta de um colegiado atuante aliada à falta de um PPP coadunam na heterogestão, que em nada se assemelham à gestão democrática escolar: “Tal dado também acaba por reforçar a literatura que afirma que os recursos escolares importam e que a gestão adequada dos

mesmos é fator determinante para a promoção da aprendizagem” (Oliveira, 2015, p. 15). Aqui se insere a necessidade do diálogo constante, sendo imprescindível ao gestor a habilidade da liderança na humildade da escuta do outro, já que

a escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos. (MEC, 2004, p. 26).

Depreende-se, então, que uma gestão escolar profícua implicará no poder partilhado entre diretor e colegiado escolar, atrelados com o objetivo da construção de um PPP nos moldes da participação de todos os segmentos escolares e sua real execução, monitoramento e responsabilização de quem de direito.

CONCLUSÃO

O direito à Educação não pode prescindir do direito a infraestruturas condizentes com educação de qualidade. Deste modo, os gestores escolares devem, cada vez mais, preocupar-se com a manutenção predial, o provimento dos equipamentos necessários à escola contemporânea e as obras infraestruturais que adequem constantemente a escola às reais necessidades dos discentes por ela atendidos e da comunidade local.

O papel do gestor escolar é importante, pois

a presença, a conservação e o uso dos recursos escolares, em conjunto, que impactam o desempenho, dada a grande variabilidade dos mesmos entre as escolas. Além disso, cabe assinalar que a questão da boa conservação/uso da infraestrutura também perpassa por uma gestão escolar mais ou menos eficaz (OLIVEIRA, 2015, p. 14).

Para que o papel do gestor seja de fato eficaz – não somente em relação à infraestrutura, mas em todos os demais aspectos que envolvem o contexto escolar – este deve abrir mão da heterogestão e implementar com afinco a gestão democrática, perpassando pela construção de um projeto político-pedagógico claro, objetivo e participativo, um colegiado com voz e ação, tendo em vista sempre que “a efetivação de uma lógica de gestão democrática é sempre processual e, portanto, permanente vivência e aprendizado” (MEC, 2004, p. 51).

Vale ressaltar a importância do planejamento em conjunto das ações de manutenção e melhorias prediais, e aquisição dos equipamentos, atentando para o fato de que

a distribuição da oferta de infraestrutura e as condições de conservação dos itens que a compõem nas escolas públicas [...], entendendo que tanto a presença quanto o uso de tais itens e seu estado de conservação impactam a aprendizagem dos alunos (OLIVEIRA, 2015, p. 15)

Deste modo, a infraestrutura escolar pode ser uma aliada para a efetiva aprendizagem do aluno, como forma de atrair a este e a comunidade do entorno para o que acontece dentro da escola e o que esta, por sua vez, lhes pode oferecer. Como ambiente de socialização, prazer e aprendizagem, a escola deve preocupar-se com qual estrutura tem oferecido e os seus gestores buscar os meios de atender aos usuários nos anseios apresentados. Uma escola atrativa e que faz o aluno aprender passa obrigatoriamente pela gestão democrática, infraestrutura adequada e projeto político-pedagógico em constante reestruturação, aplicação e avaliação num ciclo infindo.

Esta temática se mostrou relevante, partindo dos autores estudados e da realidade do cotidiano escolar. Certamente uma gestão escolar democrática levará em conta as questões concernentes à infraestrutura como um todo, ainda mais quando se tem como objetivo principal o aprendizado do aluno, o qual é influenciado pelo nível de adequação do ambiente escolar aos fins educacionais, sociais e de prazer.

Ainda há muitos vieses a serem pesquisados e aprofundados quando tratamos de infraestrutura das escolas públicas. Uma das discussões que podem ser aprimoradas é a da infraestrutura escolar inserida em zona de vulnerabilidade social: o que significa conservar este aparelho público? Como se dá o tratamento deste pelos usuários? Como explorar o efeito do território sobre as oportunidades educacionais? (ÉRNICA e BATISTA 2012). O tema é rico e pode ser aprofundado em muitas nuances – o que contribui eficazmente para a formação de um gestor com visão mais holística e crítica em relação à escola que atua e à educação no geral.

REFERÊNCIAS

ALAOR, Glêsiane C. Alaor (texto adaptado). **A História da Escola Estadual dos Palmares** – adaptado a partir da publicação “Palmares: Revista Dirigida”, de Junho de 1990, da Associação de Apoio à Creches Comunitárias Casa da Vovó. Disponível em <https://sites.google.com/site/eedospalmares/a-ee-dos-palmares-e-sua-criao>, acesso em 09 fevereiro 2015.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na Escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4755/5762/33839/A_participacao_na_escola_Elba_Siqueira_de_Sa_Barreto.pdf, acesso em 21 junho de 2014.

BELTRAME, Mauria Bontorin; MOURA, Graziela Ribeiro Soares. Edificações Escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino aprendizagem. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevista.unioeste.br%2Findex.php%2Ftravessias%2Farticle%2Fdownload%2F3378%2F2663&ei=LTPaVICHDOyuggSHyIHwCw&usg=AFQjCNE_w4rfhNxKeOQPQ7E3fUxOAz6kbA Acesso em 10 fevereiro 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). (Texto Original). Brasília: 1988. P. 69-70. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>> Acesso em: 04 maio 2014.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação ; n. 102). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1. Aceso em 30 agosto 2014.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor. Brasília, 2004. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4758/5766/38423/Caderno_5_-_Conselho_escolar_gestao_democratica_e_escolha_do_diretor.pdf> Acesso em: 27 setembro 2014

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, 2004. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4758/5766/38419/Caderno_1_-_Conselhos_Escolares_democratizacao_da_escola_e_construcao_da_cidadania.pdf> Acesso em: 27 setembro 2014.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e arquitetura escolar - planejando escola, construindo sonhos.** Disponível em <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero13.pdf#page=151>> Acesso em: 14 junho 2014.

ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **A Escola, A MetrÓpole e a Vizinhança Vulnerável.** Cadernos de Pesquisa v.42 n.146 p.640-666 maio/ago. 2012.

HADDAD, Sérgio. **O direito à Educação no Brasil.** São Paulo: 2004. Disponível em <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBTECA/o%20direito%20a%20educacao%20no%20brasil.pdf>> Acesso em: 07 maio. 2014.

NETO, Joaquim José Soares et. al. **A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte**. Revista do Serviço Público, Brasília – DF, 2013.

_____. **Uma escola para medir a infraestrutura escolar**. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013

OLIVEIRA, Adailda Gomes de. **Desempenho e Infraestrutura: Mapeamento das Escolas Públicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AdaildaGomesDeOliveira_res_int_GT1.pdf> Acesso em 10 fevereiro 2015.

Sala ambiente – Fundamentos do direito à Educação – Acesso em 11 janeiro 2015. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/3-sala_fundamentos_direito_educacao/viabilizacaodireitoeducacao_u1_atividade2.htm

TVNBR. Aberta consulta pública sobre programa de valorização de diretores de escolas públicas. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=1lQljSZjo-Y>> Acesso em 10 fevereiro 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: Instrumentos da organização do trabalho**. Disponível em < http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4734/5738/32278/Projeto_politico_pedagogico_conselho_escolar_e_conselho_de_classe_Ilma_Passos_Alencastro_Veiga.pdf> Acesso em: 10 fevereiro 2015.

ANEXO



ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

**EDUARDO SANTOS ARAUJO
NATALIA CORRÊA FERREIRA FARIA
NELCI APARECIDA DA SILVA PIMENTA
RENATA LAURINDA DA CUNHA
SELMA DE PAULA DA SILVA**

Ibirité, 2014

ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

Projeto Político-Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Teixeira da Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ibirité, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
1.1-Filosofia da Escola.....	7
1.2-Missão da Escola.....	7
1.3-Hino da Escola.....	8
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.1.1 Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários.....	9
2.1.2. Recursos Financeiros.....	11
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	11
3. CURRÍCULO.....	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	23
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	25
7. AVALIAÇÃO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS.....	36

INTRODUÇÃO

Após sondagem realizada entre todos os segmentos escolares, pais, alunos, professores e demais funcionários, surge este Projeto, em seu caráter político, pela escolha de posicionamentos e prioridades e pedagógico, pelo contexto de insurgência e, sobretudo pela sua meta: o alcance pedagógico da formação escolar, pois conforme Azevedo (2004) “a dimensão social e a [...] política constituem dimensões inseparáveis das ações educativas” (AZEVEDO, 2014, p. 02).

Considerando as características gerais da Escola Estadual dos Palmares, pode-se dizer que foi criada pelo Decreto 26.880 de 13.03.1987, está situada à Rua Icaraí, nº 320, Bairro Palmares Ibirité – MG, com pouco mais de 3.000 m², mantida pelo sistema público de ensino – integrante da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – oferece desde o primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro do ensino médio, incluindo turmas em tempo integral.

A Escola está localizada em zona de grande vulnerabilidade social e carência em diversos níveis. Tristemente, a gravidez na adolescência, alcoolismo e violências diversas fazem parte da vida dos discentes que são atendidos pela escola. Grande número de pais não acompanha (por razões diversas, especialmente sociais) a vida escolar dos seus filhos, delegando toda a carga educacional (e não só a formal) à escola. Numa região quase que desprovida de áreas de lazer, cultura e esporte, a escola se mostra como uma das poucas alternativas para expor anseios: estudar, brincar, passear e resolver conflitos.

Diante do exposto, urge que o espaço escolar seja atrativo, provido de áreas que possibilitem o gozo da comunidade e que esta corresponda com as melhores intervenções possíveis, com compromisso de criar um espaço de democracia e criticidade para a formação de cidadãos cada vez mais conscientes do seu papel e efetiva imponentia em modificar o lugar que vive.

É para que esta escola alcance os objetivos supramencionados que se propõe o Projeto Político-Pedagógico, como documento necessário para o alcance de uma escola mais segura quanto aos seus propósitos, onde o processo de ensino se quer interessante, ousado, com um ambiente adequado, com infraestrutura bem

conservada, equipada, na qual o currículo é formativo, amplo e contextualizado, pois “a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re) inserção qualificada no mundo profissional do trabalho” (CURY, 2014, p.01).

Assim,

a construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública (OLIVEIRA, 2014, p. 01).

Neste contexto, angariando o apoio de todos do seu entorno social, a Escola Estadual dos Palmares anseia por conseguir combater a violência – reflexo da sociedade e comunidade – e progredir em se construir no contexto local como instituição reconhecida e patrimônio de todos capazes de cumprir sua função social.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Das premissas estabelecidas na legislação em vigor, a Escola Estadual dos Palmares (doravante EEP) busca seguir a autonomia e a gestão democrática. A autonomia escolar é algo proposto na constituição de 1988, ela é a saída para que a escola se reconheça e saiba sobre suas potencialidades. Desse modo, para que a educação seja libertadora a escola precisa ser organizada, unida, pautada em uma gestão democrática e que busque a autogestão, pois ela “é o princípio que implica progressiva superação da alteridade determinante”. (WITTMANN, 2000, p.90)

Com base nesses princípios liberais pode-se produzir um planejamento escolar que represente os interesses de todos os membros da comunidade escolar, partindo do que pressupõe Souza (2000):

O princípio norteador desse planejamento, a participação, pode ser compreendido em quatro dimensões:

- a) Processo: enquanto tal, ela se constrói e se desenvolve através de um sem número de pequenas ações, no cotidiano educacional, não podendo ser adquirida de repente, por um ato jurídico, ou decreto;
- b) Objetivo: precisamente para poder ser caracterizado como participativo, um processo deve ter como propósito, como fim, a participação plena, irrestrita, de todos os agentes desse processo;
- c) Meio: constrói-se a participação, precisamente, participando. Ela é, portanto, seu próprio método;
- d) Práxis: se a participação é entendida como processo, que os seres humanos constroem, Conscientemente, com fito de alcançar, como fim, a participação plena. (SOUZA, 2000, p.3)

Sabemos que a gestão democrática é um desafio, não sendo fácil colocá-la em prática. Mas, é possível. Pois, somente assim pode-se incluir os membros da escola, com o intuito de fortalecê-la e almejar melhorias para a mesma.

Em uma perspectiva de preparar culturalmente os educandos para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem a EEP tende inter-relacionar o planejamento da escola com o planejamento do Ensino, levando em conta que os níveis de planejamento educacional estão intimamente ligados. O planejamento de Ensino é o elemento integrador entre a escola e o contexto social, nesse sentido segundo Souza:

O processo de seleção da cultura, materializado no currículo e, em especial, nos conhecimentos a serem trabalhados, deve estar intimamente

relacionado à experiência de vida dos alunos, não como mera aplicabilidade dos conteúdos ao cotidiano, mas como possibilidade de conduzir a uma apropriação significativa desses conteúdos (SOUZA, 2014, p. 05).

Dessa forma a caracterização do universo da clientela escolar propicia à escola conhecer os interesses e necessidades dos educandos, permitindo de fato a elaboração um plano de ensino global, que seja trabalhado por todos os professores, possibilitando ao educando a reflexão dos conteúdos e não meramente a transmissão de conhecimentos.

Com a esperança de uma escola melhor, apontamos alguns encaminhamentos possíveis para a construção de um PPP coletivo ou, pelo menos para a discussão desses temas partindo da necessidade de compreender a “lógica” das políticas educacionais e suas perspectivas para a escola pública. Analisar o Projeto Político Pedagógico implica em considerar a gestão democrática para a sua construção, discutindo-o, o que significa discutir, concomitantemente, a organização do trabalho escolar.

O pedagogo como articulador das questões pedagógicas necessita do coletivo para encaminhar o trabalho na escola, pois não é possível propor intervenção na escola, sem, primeiramente, analisar de forma crítica a participação da comunidade escolar.

O Colegiado Escolar representa um caminho para a discussão da gestão democrática, como uma forma de participação coletiva. Há necessidade sempre da revisão dos “papéis” de cada um e o compromisso com metas comuns. Independente da nossa postura em relação à gestão democrática, e o que ela representa no interior da escola, ou como forma possível de encaminhar o trabalho diário, ou se o espaço criado é articulado pelo próprio Estado para interesses hegemônicos, concluímos que qualquer ação depende do compromisso de cada um. O grau de comprometimento é a extensão das conquistas alcançadas no espaço político-social e pedagógico.

Objetivando garantir a formação humanística, a Escola Estadual dos Palmares busca promover o desenvolvimento integral do aluno de forma a realizar projetos que envolvam os educandos e relacione-os com temas como convivência, organização, participação, criatividade e arte. Além disso, a escola desenvolve o

Projeto Escola de Tempo Integral que permite um processo reflexivo por parte dos alunos, que deixam de ser espectadores e passam a ser autores no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Dourado (2010):

Os alunos quando percebem que estão aprendendo, acabam projetando uma trajetória escolar, acadêmica e profissional de sucesso, visão que acaba sendo valorizada pelos pais, familiares e professores. A expectativa de sucesso seja dos alunos, dos pais, dos professores e da comunidade, em geral, pode, portanto, ser considerada fator importante para o desempenho escolar. (DOURADO, 2010, p. 27)

Dessa forma tais projetos auxiliam no processo de ensino aprendizagem, no desempenho escolar e também na formação integral da pessoa.

1.1-Filosofia da Escola

Com base fulcral na Lei das Diretrizes e Bases da Educação, 9394/1996, nas prioridades estabelecidas pela política educacional do Estado de Minas Gerais e estando a serviço da comunidade escolar na qual nos inserimos, almejamos proporcionar ao nosso educando o desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes que lhes possibilitem uma vida sadia, responsável e democrática.

Para tanto, lançamos mão de todos os instrumentos que ao nosso alcance estão para estabelecer alvos e a cada meta alcançada gradualmente atingir o objetivo maior de melhorar os níveis de proficiência dos educandos, garantindo uma educação de qualidade.

1.2-Missão da Escola

A escola que idealizamos (e que temos tentado construir) é aquela que atende as nossas expectativas enquanto cidadãos e, sobretudo, seres humanos. Uma escola mais segura, onde o processo de ensino se quer interessante, ousado, com um ambiente adequado, com infraestrutura bem conservada, equipada, na qual o currículo é formativo, amplo e contextualizado. Além disso, acreditamos que é

fundamental o investimento educativo contínuo e sistemático no aperfeiçoamento docente.

1.3-Hino da Escola

Com o advento da construção do PPP, a equipe da escola propõe um projeto para a criação do hino da Escola Estadual dos Palmares, que deverá ser implementado no início do próximo ano.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (ADMINISTRATIVA)

A Escola Estadual dos Palmares (EEP) conta com 48 professores, habilitados para os seus cargos, em suas devidas disciplinas; 2 professoras para o ensino e uso da biblioteca, e outras 2 professoras em ajustamento funcional que atuam no apoio na biblioteca e secretaria. Os funcionários de serviços gerais são 12, distribuídos em diversas funções (cozinha, limpeza e atendimento geral). Há 1 diretor, uma vice-diretora, uma secretária, 4 auxiliares de secretaria, 3 especialistas de educação básica para lidar com o pedagógico da escola, totalizando 72 servidores.

2.1.1 Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários

A arquitetura do prédio atende ao padrão genérico das escolas estaduais mineiras – com salas de aula divididas em dois blocos de paredes laminadas, telhado colonial e pátio central. A infraestrutura conta com 17 salas de aula, 1 biblioteca, secretaria, sala das especialistas, cantina já acoplada com pequeno refeitório, sala dos professores, sala da vice-direção, almoxarifado (improvisado), pátio, quadra poliesportiva coberta (interditada pela defesa civil municipal desde 2011), banheiro masculino e feminino para alunos, banheiro para funcionários, sala de vídeo.

É latente em todos os segmentos escolares a indicação da necessidade de intervenção na infraestrutura da quadra poliesportiva da escola e no prédio em geral, visando melhor estabelecer as atividades pedagógicas. Segundo Dourado,

é preciso que tanto a comunidade escolar quanto a população disponham de referências de qualidade a serem descritos e discutidos de forma a se avançar na melhoria dos processos de formação e, portanto, no aproveitamento ou desempenho escolar dos alunos (DOURADO, 2014, p. 09).

Dourado discute a qualidade da educação. Mesmo não tendo referenciais mais firmes, no Brasil, do que venha a ser *qualidade da educação*, há um consenso geral pelas comunidades escolares de que deve existir uma infraestrutura básica que subsidie as ações pedagógicas. Ainda citando Dourado “a existência de um

ambiente escolar adequado é diretamente relacionado à questão do desempenho dos estudantes” (DOURADO, 2014, p.11).

Fazendo um breve panorama da situação da infraestrutura da Escola Estadual dos Palmares, encontramos um histórico de demandas não atendidas pelo poder público e falhas na gestão no sentido de propor ações, planejar e estabelecer prioridades. Desde 2006 a escola vem lutando por uma quadra poliesportiva coberta que após diversas tentativas, teve o seu processo concluído em 2011. A quadra funcionou apenas um mês e veio a ruir com as chuvas que assolaram a região metropolitana de Belo Horizonte naquele período, sendo logo interditada pela Defesa Civil Municipal. Não obstante as várias solicitações para resolução da situação, a quadra permanece da mesma forma (impossibilitada de uso) nos dias atuais. Como se não bastasse tal problema, o prédio tem o telhado antigo e com muitos problemas estruturais gerando transtornos sérios nos períodos de chuvas. A rede elétrica não funciona como devia e os guarda-corpos do prédio estão vacilantes.

Diante do quadro apresentado, inúmeras solicitações foram feitas ao poder público desde 2010, que somente respondeu de maneira plausível no início de 2014, emitindo um termo de compromisso⁴ (documento em anexo) – que já foi licitado pela escola, aguardando liberação de recursos financeiros pela SEE – MG.

Já em 1935, Anísio Teixeira indicou a necessidade de escolas devidamente aparelhadas, quando afirmou:

“Não desejamos palácios luxuosos, mas construções econômicas e nítidas que apoiem, como uma simples e forte base física, a obra educacional entrevista pelos que acalentam os ideais de uma e construção da própria vida, pela escola.” (TEIXEIRA, 1935, p. 204, *apud* DÓREA, 2000, p. 157). Conforme Funari e Zarankin (2005) é importante estudar a dimensão ideológica e simbólica do prédio escolar, até mesmo como possibilidade de construção de uma escola libertadora.

⁴ Documento assinado pelos diretores de escolas e pela Secretária de Estado de Educação emitido sempre imediatamente anterior à liberação de recursos financeiros às caixas escolares das escolas do Estado de Minas Gerais.

Para a Escola Estadual dos Palmares fica a assertiva da necessidade de maior planejamento da gestão, com empenho em levar, a quem de direito, projetos exequíveis de melhoria infraestrutural prevendo a manutenção predial constante, além de ações em parceria com a comunidade local, contribuindo, assim, para uma gestão democrática em todos os níveis.

O mobiliário escolar se compõe de cadeiras acolchoadas para alunos na sala de vídeo e para os professores na sala dos professores, direção e secretaria. Há carteiras suficientes para todos os alunos, mas estas estão velhas e necessitando de substituição. Há 5 caixas de som amplificadas, 5 minisystems, 4 microfones sem fio, 2 aparelhos de DVD, 2 data-shows com um notebook, 5 computadores para uso da secretaria, 04 computadores para uso dos alunos, mas que não estão em uso, pelo fato de não serem suficientes para 01 turma inteira, armários e mesas na secretaria regulares, 01 bebedouro grande para alunos, vasilhames, pratos e copos suficientes para uso em estado regular, mesa grande de reuniões que fica na sala dos professores.

2.1.2. Recursos Financeiros

A Escola não tem arrecadação de recursos próprios de nenhum tipo, mas se matem pelos recursos federais (PDDE, PDE Escola, Mais Educação, PNAE) e estaduais (recursos de manutenção e custeio, recurso para complementação da alimentação escolar de tempo integral, recurso para excursões com alunos, entre outros).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (PEDAGÓGICA)

Segundo Cury (2010) “a função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição de discriminações” (p. 7), é nesse sentido que a equipe da EEP se preocupa, não raro, com o trabalho pedagógico voltado para projetos diversos de temáticas de relevância social, para valorizar os conhecimentos múltiplos de saberes trazidos pela cultura do alunado.

A partir de 2014, a SEE-MG retirou os professores de educação física e ensino religioso dos anos iniciais do ensino fundamental, baseada na Resolução 2442/2013 que mudou relevantemente o ensino destes campos curriculares do 1º ao 5º anos. A mesma resolução supra indica os quantitativos de pessoal para funcionamento das escolas estaduais, deste modo os números não podem ser absolutamente ultrapassados. Há que se sinalizar para a falta de discussão sobre os componentes curriculares e carga horária nas escolas estaduais, já que tudo é definido pela SEE que não dá autonomia neste campo às escolas. Não há assim o que Moreira (2000) afirma na fala de um dos seus entrevistados sobre como deve ser concebido o currículo: “como artefato cultural, como um campo de produção de cultura [...], como um campo de conflito em torno da definição de conhecimento” (p.41).

Deste modo, as turmas de anos iniciais com no mínimo 25 alunos (com raras exceções) dispõe apenas de um professor para abarcar todo o seu currículo. Nos anos finais prevalecem em média 7 professores das diversas áreas, para turmas de em média 30 alunos, enquanto no ensino médio este número é elevado a 12 para turmas de em média 30 alunos, com exceção do 3º ano do ensino médio que abarca 44 alunos. As turmas, por sua vez, são definidas com base na heterogeneidade, tornando sempre a possibilidade de alunos mais adiantados e menos adiantados se mesclarem na mesma turma, para que, conforme indica Cury (2014) como parte da herança cultural, o cidadão torne-se “capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação” (pp. 5 e 6).

O atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais ainda é deficitário, haja vista à falta de um projeto arquitetônico que vise tais necessidades, mas já constantes no novo projeto de reforma a ser implementado ainda em 2014. Quanto ao mobiliário para tais alunos, já há a preocupação por parte dos gestores e professores que brevemente inserirão nas compras escolares a quantidade para atender aos alunos que dele carecem. Não há professor de apoio na escola, mas os poucos alunos com necessidades especiais são atendidos nas turmas regulares, segundo legislação vigente.

A ação didático-pedagógica é organizada nas reuniões mensais realizadas com as especialistas de educação da escola e a direção, tratando nestas reuniões assuntos administrativos (algumas vezes) e pedagógicos. Além dos professores se reunirem por área ou fazerem individualmente seus planejamentos e atividades na sua carga-horária semanal de 1/3. A escola trabalha em torno da pedagogia de projetos, tendo sempre um projeto maior por bimestre que articula as ações didático-pedagógicas.

3. CURRÍCULO

Para o MEC, segundo o documento “Mobilidade na Educação”, constantes eletronicamente no *tablet* educacional (2014) currículo escolar é um tecido que cobre, como uma manta, o espaço/tempo escolar, vivificando as temáticas da atualidade para a produção do conhecimento. Sabe-se que há diversos tipos de currículo e, não raro, muitos deles ou todos estão presentes nas escolas brasileiras. Há atitudes e manifestações dos trabalhadores em educação, dentro do âmbito escolar, que dizem e preenchem os tempos e espaços, entretanto não estão inseridos oficialmente no currículo, nem poderiam estar, pois

encontram-se estereotipados e presentes no chamado “currículo oculto” e, nesse sentido, podem ser compreendidos como a produção da não-existência, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos (2004). Ou seja, certos saberes que não encontram um lugar definido nos currículos oficiais podem ser compreendidos como uma ausência ativa e, muitas vezes, **intencionalmente produzida** (GOMES, 2007, p. 31 – grifos nossos).

Como destacado na citação, o currículo oculto reiteradas vezes tem produção intencional e posição política bem definida, que se difunde no contexto dos grupos tomando as mais diversas formas, de acordo com o que é ou não culturalmente aceito, segundo Moreira e Candau (2007) este currículo

envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

Deste modo coexistem em toda escola, o currículo formal, que está nos documentos oficiais, o informal, regido por todos os conhecimentos não científicos trazidos pelos diversos “atores” educacionais e, ainda, o supramencionado, pulverizando os demais.

O tema currículo na EEP é pouco discutido, apesar de ser de extrema relevância no trabalho escolar. No discurso do professorado no geral há uma preocupação em levar a termo o dispositivo Federal, no que diz respeito ao estabelecido na LDBEN (9394/96) em seu artigo 26 e em incluir os PCNs como pressuposto para o desenvolvimento das disciplinas. Na prática, ainda há falhas bastante alarmantes

seja no acompanhamento por parte da direção do que é realmente desenvolvido em sala de aula e por parte da supervisão pedagógica nos anos finais, constando apenas um planejamento anual sem acompanhamento pormenorizado da base curricular, especialmente no turno da manhã, Ensino Fundamental II (EF II) e Ensino Médio (EM). No turno da tarde a situação apresenta variação positiva, pelo acompanhamento maior das reuniões pedagógicas por parte das especialistas da escola e intervenção de analistas educacionais da equipe da regional de educação (SRE Metropolitana B), deixando o currículo do Ensino Fundamental I (EF I) – anos iniciais – mais coeso e planejado.

No que se refere à parte diversificada do mesmo artigo da lei supramencionada, na EEP a base nacional comum abarca 96% do plano curricular nos anos iniciais do EF e 92% nos anos finais, delegando apenas uma matéria como possibilidade de trabalho diversificado em cada nível de ensino. No Ensino Médio a rede estadual já recebe um plano curricular pronto, que não tem sido discutido pela comunidade escolar. Nesse sentido pouco ou nada se vê do que prevê o dispositivo legal em embasar a parte diversificada nas diferenças regionais, econômicas e culturais de cada comunidade escolar (artigo 26 – 9394/96), ao contrário do que dispõe Moreira e Candau (2007) “de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade” (p.9)

Considerando que o currículo traz em seu bojo todo o conteúdo que preenche os espaços e tempos escolares,

é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna. Torna-se fundamental, com essa discussão, permitir que todos os envolvidos se questionem e busquem novas possibilidades sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa? (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 06).

Como se pode depreender da base teórica aqui disposta, percebe-se que há a necessidade de discutir o tema currículo, especialmente na escola em pauta, para que se tenha uma visão mais ampla tanto de importância quanto de implementação de novas nuances curriculares. Deste modo, urge que se estabeleçam espaços de diálogo sobre a temática e se construa um conceito próprio de currículo caracterizando-o especialmente pela cultura e costumes da comunidade onde a escola está alocada.

Continuando o diálogo com Moreira e Candau (2007), percebemos a necessidade de recuperar

o direito à educação entendido como direito à formação e ao desenvolvimento humano, como humanização, como processo de apropriação das criações, saberes, conhecimentos, sistemas de símbolos, ciências, artes, memória, identidades, valores, culturas... resultantes do desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 12).

Assim, a EEP procura promover a formação holístico-humanizadora com diversos projetos interdisciplinares que abarcam temáticas como a valorização da mulher, a importância dos esportes, a sexualidade e vulnerabilidade social, entre outras temáticas transversais e/ou triviais úteis à vida do alunado.

Sabe-se que o currículo tem ligação intrínseca com o tipo de avaliação que é optada pela escola. No caso da Escola em pauta, temos ainda a avaliação como “produto” final de um processo e não parte de uma engrenagem cíclica de diagnóstico-ação-diagnóstico. Apesar de a equipe escolar não apresentar um conceito mais profundo, democrático e mais qualitativo de avaliação, há uma ação que se mostra bastante eficaz neste âmbito que é a Prova Global – prova que, como a terminologia indica, apresenta conteúdo de todas as disciplinas e faz com que o aluno tenha nota única para todas elas, ajudando-o a apresentar melhores resultados. Apesar desta ação, os muitos dos demais processos avaliativos são ainda quantitativos e, até mesmo, punitivos. Partindo de tal pressuposto, o currículo da EEP ainda não representa um reflexo amplo da comunidade e seus anseios em relação ao processo avaliativo, por isso, há necessidade de revisão, pois “o que se avalia e como se avalia está condicionado pelas competências, habilidades, conhecimentos que o currículo privilegia ou secundariza” (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 13).

Sumariza-se, portanto, que deve haver um trabalho pautado nas questões do currículo para aprofundamento e otimização do uso das potencialidades da equipe da EEP em inovações na área em questão, pois,

para que não tenhamos um currículo engessado, é preciso que conheçamos a legislação educacional. As escolas públicas e privadas podem e devem elaborar sua proposta curricular para além dos parâmetros curriculares (PCNs, CEALE, etc.), pois, a legislação educacional permite e possibilita tal ação (PEREIRA, 2014, Fórum AVA).

O novo PNE traz a ênfase na alfabetização e qualidade da educação. Com base em tal documento a EEP continuará seu trabalho de intervenção nos anos iniciais do

Ensino Fundamental para alcançar a meta federal da leitura aos 8 anos de idade e promoverá a busca constante pela qualidade educacional, no que lhe couber.

Há que se considerar ainda as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, bem como a Lei Federal nº 11.769/2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. A resolução SEE 2486/2013 afirma que estas “devem ser contempladas nos conteúdos curriculares afins” (p.20), entretanto a escola deve se organizar para inserir efetivamente o trabalho com estes conteúdos no seu currículo.

Algo que ainda precisa ser pensado e inserido com propriedade no currículo atual da escola é o tema e práxis da “ubiquidade”. Retomando o documento “Mobilidade na Educação” (criado pela UFG em parceria com o MEC, 2014) “a mobilidade marca uma nova fase na cultura digital [...]. E aqui interessa a relação entre cultura digital, mobilidade e currículo”, já que nos tempos hodiernos a cultura digital perpassa todos os círculos, inclusive os escolares. Deste modo, a escola precisa se valer das novas tecnologias e da possibilidade de “estar em vários lugares ao mesmo tempo” – algo que os nossos alunos estão bastante familiarizados em fazer nas redes sociais pelos *tablets* e celulares, entre outros – para fins pedagógicos e com proveito efetivo no contexto da sala de aula. Este é o desafio da escola hoje: “criação de um novo currículo, onde a mobilidade e ubiquidade estão presentes” (MEC; UFG, 2014).

Além da necessidade de se tratar todos os temas transversais propostos pelos PCNs, a EEP deverá ocupar-se do tema saúde como preponderante, trabalhando no seu caráter de *práxis*, “como parte integrante da vida das pessoas e da comunidade” (SILVA, 2014, p. 02). Partindo do pressuposto das necessidades já abordadas desde a introdução deste documento e pelo fato da saúde integrar o processo de ensino/aprendizagem que, por sua vez, contempla diversas demandas da comunidade escolar, no geral (MEC; UFG, 2014).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Avaliar o tempo e o espaço escolar implica em avaliar a qualidade educacional, pois estes aspectos são fundamentais na estrutura pedagógica da escola. Na EEP o módulo aula equivale a 50 minutos e as turmas tem 5 módulos por dia, com exceção do aluno do 1º. Ano do ensino médio (situação a ser ampliada progressivamente para todo o ensino médio nos próximos 2 anos) e o aluno de tempo integral que participa 11 módulos por dia.

A escola em pauta possuía em 2013 quinze turmas com taxa de distorção superior à média do Brasil⁵. Este dado alarmante indica um histórico de muitas reprovações nos últimos anos. Com necessidade latente de revisões na sua estrutura e reflexão sobre a prática gestora e docente. A resolução SEE 2197/2012 indica ações pedagógicas específicas para amenizar este déficit nas escolas estaduais, como impedir a reprovação nos anos iniciais e retirar das disciplinas de educação física, língua inglesa e ensino religioso do quantitativo que pode contar para reprovação. Há ainda, na referida resolução uma alusão à mudança no tratamento da divisão do tempo escolar, no sentido de tratar o Ensino Fundamental I como dois ciclos e o Ensino Fundamental II com mais dois ciclos complementares. Há nesta mudança uma posição político-educacional pungente em considerar a trajetória escolar do aluno mais livre do empecilho reprobatório. Para corroborar tal posicionamento, citamos Evelise Maria Labatut Portilho e Liliamar Hoça, quando afirmam que “análises de maneira continuada precisam ser realizadas, para que o Ciclo de Aprendizagem não se constitua em desenvolvimento por etapas, mas no conjunto do tempo/espaço do ciclo, objetivando a formação integral dos alunos” (PORTILHO E HOÇA, 2010, p.671) – É o que ocorre no ensino regular e no Projeto Tempo Integral, já implementado na EEP.

Amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 a escola ciclada propõe uma maior flexibilidade na organização do ensino incluindo a possibilidade de classificação/reclassificação, também citada na Resolução SEE 2197/2012.

⁵ Fonte: PDE interativo, MEC.

Em relação ao professor, sabe-se que este também necessita de tempo para realizar outras atividades para além da ministração de aulas, como dedicar-se à formação continuada dentro e fora da escola, planejar as aulas, entre outras ações afins. Na resolução SEE 2442/2013 é estabelecido que 1/3 da carga-horária do professor deverá ser utilizado para planejamento das aulas incluindo ainda neste o tempo para reuniões pedagógicas e administrativas (Resolução SEE 2442/2013).

A inserção da Proposta do MEC de Redesenho Curricular para o Ensino Médio, pelo Estado de Minas Gerais, se deu através do Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM), que:

pretende, em atendimento as crescentes demandas e diversidade de focos de interesse, [...] aumentar as taxas de desempenho escolar e motivar o aprendizado e sua continuidade. Os índices insuficientes, a evasão e a ausência de significados no ensino médio constituem, dentre outros, os fatores que o projeto visa modificar (SEE-MG 2013, p.01).

Faz-se necessário considerar que o REM compreende o tempo como diferença para a construção da busca de propostas de ensino que proporcionem em sua organização curricular um espaço de tempo mais flexível, procurando desenvolver competências e respeitar a fase de desenvolvimento dos indivíduos (SEE-MG 2013).

O crescente surgimento de projetos na educação básica pública no Brasil que visam o aumento do tempo de permanência diário dos alunos nas escolas, foram intensificados com base no artigo 34º da LDB/96 que dispõe sobre a jornada escolar:

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (LDBEN, 1996, p.23).

Com a determinação da LDB e a disseminação da ideia de que a oferta do ensino fundamental já estava universalizada, a educação em tempo integral ganhou espaço.

No entanto, Cavaliere nos apresenta diferentes formas de entendimento e justificativas para a ampliação do tempo diário de escola:

(a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do

tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2007, p. 1016)

Desta forma o tempo de escola deve ser analisado em seu aspecto sociológico, o qual não tem a capacidade de solucionar sozinho todos os problemas da escola pública brasileira, além de possuir características complexas podendo estar relacionados desde ao bem-estar das crianças às necessidades do Estado e da sociedade.

O aumento no tempo escolar não garante a elevação da qualidade na educação, pois os desempenhos dos alunos são influenciados por diversos fatores, tais como: tamanho da escola, turma, professor, tipo de gestão, recursos, tempo e atividades fora da escola. Há de se levar em conta, ainda, que a jornada integral empobrecida em sua rotina devido à falta de atividades diversificadas pode gerar efeito contrário ao esperado.

Portanto, a escola de tempo integral não pode ser a reprodução da escola convencional oferecendo apenas mais tempo em suas funções de ensino aprendizagem, ela deve propiciar atividades ligadas a vida, à cultura, à arte, ao lazer entre outros.

A escola de tempo integral ganhou várias concepções dentre elas a visão da escola como um assistencialismo, instituição de prevenção ao crime, ferramenta para a emancipação e por último a multissetorial que alerta para educação fora dos muros da escola, envolvendo setores não governamentais para o fortalecimento da instituição escolar.

Na EEP a escola de tempo integral abrange 50 alunos, dentre eles 25 advindos do 4º e 5º anos regulares e 25 das turmas de 6º ano regulares do ensino fundamental. Os alunos do tempo integral são selecionados pela dificuldade de socialização e alfabetização. Estes alunos ingressam na escola às 7h40 e retornam para suas casas às 17h25. A escola disponibiliza lanches e almoço para os alunos.

Os alunos da escola de tempo integral recebem reforço e desenvolvem atividades nas disciplinas de Português, Matemática e Educação Física. Os professores buscam atividades diferenciadas explorando os recursos que a escola disponibiliza.

Todas as turmas têm horários específicos para a leitura na biblioteca da escola, os professores também trabalham com filmes para aguçar o raciocínio e reflexão do alunado.

A comunidade escolar tem somado esforços para oferecer aos alunos uma educação de qualidade. O Projeto Tempo Integral apresenta-se como estratégia que garanta aos alunos uma aprendizagem mais qualitativa. Entretanto, é necessário um maior investimento nas escolas públicas. Tal investimento pode ser traduzido pela compra de equipamentos, na manutenção do espaço escolar, no sentido de enriquecer e contribuir para o aprendizado dos estudantes.

O termo espaço será entendido como uma extensão indefinida que abarca e compreende todos os objetos, nesse caso, como um prolongamento, de um lugar a outro, independe do tamanho. Pois, segundo Santos (1986, p. 211 apud PEKELMAN, p.2) os espaços geográficos são compreendidos como classes de lugares, no sentido em que estes têm a missão de assegurar uma forma contínua e descontínua de múltiplos pontos do universo.

Além disso, de acordo com Santos (2004, p. 325 apud PEKELMAN, p.3) os lugares mudam de significação a partir das interpretações realizadas pelos centros de poder. Podendo se tornar locais de inclusão ou de exclusão social. Desse modo, observa-se que as escolas são lugares que podem expressar, tanto as inclusões, quanto as marginalizações sociais. Essa concepção pode incluir desde os locais onde as escolas estão situadas, seja dentro dos centros urbanos ou nas periferias dos mesmos. Como também as disposições das salas, das quadras, das áreas verdes. Enfim, dos espaços escolares onde os alunos tem acesso. Ou até mesmo os espaços onde o trânsito desses é restrito, sobre estas visões de educação Cavaliere afirmar que:

É preciso considerar ainda que, em cada circunstância histórica ou local, o tempo de escola é sempre função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho. (CAVALIERE, 2007, p.1018)

O PPP, como se sabe, tem um papel fundamental para essa explicitação do que é a escola para a comunidade. Pois, dessa forma é possível criar espaços para professores, alunos e funcionários que representam os lugares de todos e que demonstram a importância dos mesmos para a escola.

Na EEP há um relevante uso dos espaços para além da sala de aula. A sala de vídeo é frequentada por alunos e demais profissionais nas reuniões, o pátio central é utilizado como quadra de futsal e vôlei, o pátio de entrada torna-se quadra de peteca, haja vista ao fato da quadra poliesportiva da escola estar interditada pela Defesa Civil municipal desde 2011. Na atual gestão foi criado um espaço para a sala de professores maior que o anterior, para abarcar o grupo maior pela inserção do Ensino Médio, antes inexistente. Por outro lado há carência de espaços para refeições dos alunos, praças para socialização, dentre outros espaços.

O cuidado com o espaço deve ser fator também relevante, já que a forma como eles se apresentam faz toda diferença no seu uso. Há que se propor projetos para inserir mais “verde” (plantas) nos espaços da escola e apesar da depredação não ser intensa, a conscientização deve ser constante para o cuidado com o “bem de todos”.

Trazendo o conceito de “cidade educativa”, o Projeto de Tempo Integral deve visar a maior utilização do entorno da escola, apesar dos espaços como praças, parques e quadras serem escassos. Dentro da EEP, há a utilização de quase todos os espaços escolares para este Projeto.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Na construção da gestão democrática da Escola muitas vezes a busca da ampliação para um espaço em que todos os segmentos participem acaba se tornando meramente um espaço de representação formal. Não existe conceitos de gestão democrática na lei e sim elementos para sua consecução. Nesse sentido se faz necessário entender o conceito de gestão democrática do ponto de vista apenas metodológico.

Assim, Souza apresenta a ideia da gestão democrática

[...] como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola [...]. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2010, p. 01).

Dessa forma a gestão escolar se trata de uma tarefa coletiva do corpo docente, que deve ser liderada pelo gestor responsável visando juntos conseguir vencer os muitos decursos enfrentados pela escola. Exige-se da Equipe administrativa liderança e firmeza para que possa conduzir todo processo de decisões pedagógicas.

Na EEP a maioria das decisões são tomadas em grupo, pela equipe de professores, direção e supervisão discutindo até chegarem a um consenso. Algumas ações são definidas somente pela direção, mas são raras. Boa parte das orientações que a escola recebe da SRE/SEE já vêm de maneira pronta com poucas possibilidades de alteração, mas onde há possibilidade, o grupo discute.

No que diz respeito a eleição de dirigentes escolares das escolas públicas tanto na rede municipal quanto estadual para a democratização da gestão da rede de ensino, Souza adverte para a importância da organização com base no instrumento descrito a seguir:

A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade. (SOUZA, 2010, p. 02).

Apesar da EEP ter passado por intervenção na gestão, nos períodos de 2010 e 2011 com indicações da SEE/MG, a partir de 2012 os Gestores foram eleitos pela comunidade escolar e nomeados pelo governo. Portanto atualmente os diretores que a escola tem entraram pelo processo de "indicação da comunidade escolar", como a maioria dos diretores estaduais.

A EEP possui conselho escolar, com representação de pais, funcionários, professores e alunos. Não há associação de pais ou mestres e ainda não há oficialmente um grêmio estudantil, entretanto, há incentivo da vice direção em parceria com alguns alunos de instituí-lo.

A avaliação dos servidores efetivos e efetivados, bem como os serviços por eles prestados, é realizada através de comissões de avaliação. Ficam isentos deste processo, os servidores designados.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no ambiente escolar se apresentam como uma relação de poder, que "significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade" (WEBER1979, p. 43, apud JAPECANGA, p.41). Deste modo, percebe-se que o poder é algo que faz com que a sua vontade seja imposta aos outros, ou a vontade de quem você está subordinado. No caso do diretor, sua autoridade muitas vezes é usada para fazer cumprir determinações que lhe foram repassadas pelo Estado ou pela Secretária de Educação. Relação esta que não pode ser verticalizada dentro da escola, no qual os demais profissionais estejam sujeitos às ordens dos gestores.

O diretor tem sido chamado pelo Estado de Gestor Escolar. Gerir significa administrar, gerenciar, dirigir. Desta forma os diretores são administradores delegados pelo Estado. A escola é vista como uma empresa que deve apresentar resultados satisfatórios em suas avaliações, para receberem maiores ou menores investimentos.

A gestão democrática é a saída para uma socialização das relações de trabalho na escola, especialmente pela construção do Projeto Político Pedagógico. De acordo com o Ministério da educação e da cultura:

Somente será possível instituir a legítima gestão democrática da escola pública se arruirmos, primeiro, os fundamentos do paradigma patrimonialista do Estado brasileiro, estejam eles situados nos governantes, na burocracia ou nas corporações, para colocar no lugar deles novos fundamentos, situados na pertença da escola à cidadania, que lhe confere autonomia e poder e que possibilita a participação. (MEC, 2004, p.24)

Por estejamos produzindo o PPP da Escola Estadual dos Palmares observamos que em alguns momentos existem conflitos entre servidores e são resolvidos junto com a direção da escola em conversas e registros em atas. Os conflitos entre alunos são registrados em livro de ocorrência por turma e quando excedem para agressão física com a intervenção da patrulha escolar, o que acontece raramente.

A articulação entre os segmentos no cotidiano institucional ocorre por meio de reuniões pedagógicas (uma por mês) envolvem também a definição de papéis e constituição de grupos específicos para determinados trabalhos.

O envolvimento da família na escola é reduzido, muitas vezes os pais são chamados para resolverem situações de indisciplina dos filhos, muitos aparecem quando convocados nestas situações, outros nem assim. Os pais são convidados a participarem das festas e apresentações dos alunos, o que geralmente o fazem, pelo menos boa parte das vezes.

Quanto à formação continuada, além dos momentos de planejamento por área (o que temos dificuldade em implementar algumas vezes), há os treinamentos propostos pela SEE, nos quais a equipe da escola sempre, em sua maioria, está disposta a participar.

7. AVALIAÇÃO

No PPP a terminologia avaliação não se refere apenas ao rendimento do aluno, mas ao trabalho do professor e demais profissionais envolvidos no contexto escolar, além de se referir, ainda, à avaliação da própria instituição. Em se tratando de avaliação da aprendizagem, é preciso tê-la como um processo em que realizar provas e testes, atribuir notas ou conceitos é apenas parte do todo. A avaliação visa manter ou melhorar a atuação futura do conjunto. Em um contexto geral o processo de Avaliação

deve estabelecer e respeitar princípios e critérios refletidos coletivamente, referenciados no projeto político pedagógico, na proposta curricular e em suas convicções acerca do papel social que desempenha a educação escolar (FERNANDES, 2007, p.17).

Segundo Fernandes (2007) os processos de avaliação, sejam eles da aprendizagem, da dinâmica escolar ou da instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular. Sendo assim é de suma importância contar com a participação de toda a equipe escolar: alunos e seus familiares, diretores, pedagogos, professores e funcionários.

Deste modo, o processo de avaliação institucional é um instrumento de gestão democrática no qual se avalia o conjunto do trabalho realizado na escola. Esse tipo de avaliação é um meio de buscar informações para o planejamento e monitoramento das ações escolares, bem como permitir a ampliação do controle social. Além do PDPI – Plano de desenvolvimento pedagógico e institucional – realizado há alguns anos na EEP, que constituiu um processo de avaliação institucional, atualmente o projeto da gestão vigente denominado “Fizemos e Faremos Mais” não deixa de ser um processo idêntico, quando a equipe seleciona um tempo para demonstrar o trabalho realizado em sala e fora dela e tecer suas considerações. As reuniões pedagógico-administrativas avaliam ciclicamente as ações dos professores e da gestão, além das atividades envolvendo os demais servidores. No ano de 2013 a escola teve um processo de avaliação instrucional no

Dia “D” do Plano de Intervenção Pedagógica⁶, que apesar de não ter o caráter de tal análise, o fez por recomendação da direção da escola.

Como já citado anteriormente neste documento, a avaliação de desempenho dos servidores efetivos e efetivados⁷, bem como os serviços por eles prestados, é realizada através de comissões de avaliação, excetuando-se deste processo, os servidores designados.

Na avaliação do processo de ensino aprendizagem deve-se considerar, além do resultado expresso nas notas dos educandos, o processo pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. Dessa forma a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores, não-docentes e pais.

O tema Avaliação, na Escola Estadual dos Palmares, é muito discutido quando se trata da avaliação do processo de ensino aprendizagem, no entanto essa avaliação, na maioria das vezes, é de responsabilidade do professor, e ocorrem, tanto no fim como durante o processo. Além das avaliações contínuas do professorado com trabalhos e atividades durante todo o bimestre, ao final deste, é organizada uma prova denominada “Prova Global”, abordando todas as disciplinas e conhecimentos gerais. A eficácia de tal prova está em democratizar a nota de cada disciplina, condensando-a numa só, de maneira a sobrepujar a ideia de disciplinas e conhecimentos isolados, além de ajudar o aluno para a obtenção de melhores resultados, haja vista que ele levará para todas as disciplinas uma nota global, dirimindo suas dificuldades no alcance da nota média bimestral em determinada matéria que julgue mais difícil.

O SIMAVE (Sistema Mineiro de avaliação escolar) é composto pelo PROEB, PROALFA e PAAE, para aferição de proficiência, respectivamente, nos 5º e 9º do

⁶ Dia proposto pela SEE-MG para que a escola avalie os resultados das suas avaliações externas e tome decisões a respeito deste processo.

⁷ Categoria que terá mudanças nas escolas estaduais pela situação de julgamento de inconstitucionalidade da Lei Complementar no. 100/2007.

ensino fundamental e 3º ano do ensino médio; 3º ano do ensino fundamental (exclusivamente para aferição da alfabetização) e 1º ano do ensino médio. Estas provas tem caráter classificatório entre as escolas do Estado de Minas Gerais e visam um diagnóstico para tomada de decisão pedagógica, com possível intervenção para sanar as dificuldades encontradas.

Segundo Fernandes (2007) a avaliação tem como foco fornecer informações acerca das ações de aprendizagem e, portanto, não pode ser realizada apenas ao final do processo, sob pena de perder seu propósito. Sob a égide desta última citação, analisamos o processo avaliativo da aprendizagem na EEP como carente de maturação. Ainda há a supremacia dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, apesar de já termos inserido no processo de avaliação a participação nos projetos da escola e outras atividades de caráter menos teórico.

Inserir-se neste tópico também a necessidade de avaliação e reavaliação constante deste instrumento, para que se mantenha atualizado e condizente com as transformações rápidas da sociedade e seus reflexos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se observou, quando da construção deste projeto, este envolve muitos fatores, que devem ser analisados com atenção para que todos os membros da comunidade escolar em questão possam sentir-se representados.

Ao findar a etapa de escrita inicial do PPP da Escola Estadual dos Palmares, se instaura um recomeço, mais um “eixo” do que se propõe ciclicamente: Escrita – Implementação do PPP – Avaliação – Reescrita/Revisão do PPP – Implementação; e assim sucessivamente.

Considerações relevantes devem ser observadas para a próxima etapa. Destaca-se quanto ao “Tempo escolar” que o aumento deste é fundamental para o desenvolvimento pedagógico da escola, seja no Projeto de Tempo Integral, seja na maximização do aproveitamento do tempo de sala, com menor perda possível de fragmentos das aulas, nas trocas de professores, intervalos, entre outros.

É importante ter em mente que para oferecer uma educação de qualidade é necessário também um maior investimento nesta. Entretanto para iniciar uma jornada transformadora é necessário o envolvimento de toda equipe escolar, valorizando sempre o diálogo para que haja tomadas de decisão coletivas, conscientes e efetivas, numa gestão democrática.

Dentre os fatores que se imbricam na escola, sobrepõem-se os espaços escolares, que estão diretamente interligados com as relações de trabalho. Pois, a disposição das salas, do refeitório, da área livre, da administração, da biblioteca entre outros constituem uma relação de poder e demonstram a interação entre todos os “atores” da comunidade escolar.

O processo de avaliação deve ocorrer em todo o contexto escolar de forma a manter ou melhorar as ações da instituição de ensino. Vale ressaltar que todos os integrantes da equipe escolar devem participar de tal processo para que o mesmo se torne efetivo. Sendo assim a avaliação, seja ela, da aprendizagem, da dinâmica escolar ou da instituição é um importante instrumento da gestão democrática e deve ser utilizado para garantir a melhoria da qualidade da educação.

Há que salientar-se ainda, que a escola deve buscar meios para a inserção digital do alunado no ambiente escolar, para a construção do laboratório de ciências/biologia/química/física, dar maior acessibilidade ao portador de necessidades especiais e promover sua reforma geral para benesses pedagógicas.

Dedicar-se a manter um ambiente de paz deve ser preocupação latente de todos os segmentos da EEP e, ainda, o enlevo das questões relacionadas à saúde, que segundo a própria LDBEN/96 deve ser provida de alguma forma aos educandos (LDBEN 9394/96, inciso VIII, artigo 4º). Outro fator de especial relevância é o combate à evasão com metas claras, no que disser respeito à escola, de preferência com projeto paralelo, subsidiado por este PPP. A busca constante pela melhoria dos indicadores de avaliações externas deve estar embasada no trabalho com afinco em sala de aula, impulsionando os alunos a patamares elevados em nível de aprendizagem, relação humana e conhecimento de si mesmo.

Como afirmou Fernando Pessoa: “Para ser grande, sê inteiro: nada Teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive” (Ricardo Reis, 1933, pp. 8 e 9). Que o lema da casa deste projeto seja alcançar o patamar de excelência, visando realizar o que neste documento se estabelece e provendo sempre ações complementares que dê substância ao contexto escolar, centralizado na figura do aluno, sua aprendizagem e desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS:

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

Disponível em:

<[file:///C:/Users/Renata/Downloads/A organização do ensino fundamental em ciclos algumas questões%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/A%20organizacao%20do%20ensino%20fundamental%20em%20ciclos%20algumas%20questoes%20(2).pdf)>. Acesso em 30/07/2014

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4734/5738/32276/O_projeto_politico-pedagogico_no_contexto_da_gestao_escolar_-_Janete_Maria_Lins_de_Azevedo.pdf> Acesso em: 30 julho 2014.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação ; n. 102). Disponível em: <file:///D:/E.E.%20Palmares/Downloads/ldb_8.ed.pdf>. Aceso em 31 maio 2014.

BRASIL. MEC. Página Eletrônica do PDE Interativo. Disponível em <

http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico_2_distorcaoepro aproveitamento&aba1=diagnostico_2_5_sintese dimensao2> Acesso em 02 agosto 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**.

Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

Disponível em: <[file:///C:/Users/Selma](file:///C:/Users/Selma/Downloads/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere%20(3).pdf)

[/Downloads/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Selma/Downloads/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere%20(3).pdf)>. Acesso em 30/07/2014

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. São Paulo: 2002. Disponível em

<<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>> Acesso em: 14 maio. 2014.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e arquitetura escolar - planejando escola, construindo sonhos**. Disponível em

<<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero13.pdf#page=151>> Acesso em: 14 junho 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina

Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**.

2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 05/07/2014.

DOURADO, Luiz Fernando. **A qualidade da educação**. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4734/5738/32265/A_qualidade_da_educacao_Luiz_Fernando_Dourado.pdf> Acesso em 31 maio 2014.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**.

Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG> > . Acesso em 31/07/2014

ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES. **Planos Curriculares**. Ibitiré: 2014.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em:

<file:///C:/Users/Renata/Downloads/Ciclo_ou_series_Luiz_Carlos_de_Freitas%20(3).pdf>. Acesso em 30/07/2014

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura**. Disponível em

<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/46-dossie-funaripp_etal.pdf> Acesso em: 14 junho 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo /** [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Renata/Downloads/GESTAO ESCOLAR E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISAO%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/GESTAO_ESCOLAR_E_O_PROCESSO_DE_TOMADA_DE_DECISAO%20(9).pdf) >. Acesso em: 19/07/2014

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das relações de trabalho na escola pública básica. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4734&advanced=0&paging=&page=1>>. Acesso em 20/07/2014

Minas Gerais. Material de Divulgação da Universalização do REM 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/remimg/rem> Acesso em: em 02 agosto 2014.

_____. Resolução SEE 2197/2012. Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%20164.pdf>. Acesso em: 19 julho 2014.

_____. Minas Gerais. Resolução SEE 2442/2013. Disponível em <<http://sindutemg.org.br/novosite/files/RESOLUCAO-SEE-N-2442.pdf>>. Acesso em: 19 julho 2014.

_____. Resolução SEE 2486/2013. Disponível em <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/110574/caderno1_2013-12-24%2017.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 julho 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública.** Brasília: DF, 2004, p. 23-27. Disponível em: <
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4727&advanced=0&paging=&page=1>>. Acesso em 20/07/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. A mobilidade na educação. Conteúdo disponível nas versões do *tablet* educacional POSITIVO, distribuídos pelo MEC em 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 06 julho 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4734/5738/32262/A_construcao_coletiva_do_projeto_politico_pedagogico_-_Joao_Ferreira_de_Oliveira.pdf> Acesso em: 30 julho 2014.

PEKELMAN, Renata; SANTOS, Alexandre André dos. **Território e Lugar.** Disponível em:<
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4727&advanced=0&paging=&page=4>> . Acesso 31/07/2014

PEREIRA, Jacqueline da Silva F. Diálogo Fórum do AVA da Escola de Gestores. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/discuss.php?d=35653>>. Acesso em: 19 julho 2014.

Portilho, Evelise Maria Labatut; HOÇA, Liliamar. **Integração dos elementos tempo/espaço e aprendizagem no cotidiano da sala de aula.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 31, p. 679-692, set./dez. 2010. Disponível em: [file:///D:/E.E.%20Palmares/Downloads/dialogo-4300%20\(1\).pdf](file:///D:/E.E.%20Palmares/Downloads/dialogo-4300%20(1).pdf), acesso em 02 agosto 2014.

REIS, RICARDO (pseudônimo de Fernando Pessoa, disponível em <http://www.fisica.ufpb.br/~romero/port/ga_fp.htm>, Acesso em 24/05/2014.

SILVA, Carlos. **A inserção da saúde no projeto político-pedagógico da escola.**

Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/98/moddata/data/4734/5738/32263/A_insercao_da_saude_no_Projeto_Politico_Pedagogico_-_Carlos_Silva.pdf> Acesso em: 30 julho 2014.

SOUZA, A. R. **Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição.**

Disponível em: [file:///C:/Users/natalia/Downloads/Avaliacao_institucional_-_a_avaliacao_da_escola_como_instituicao_Angelo_Ricardo_Souza%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/natalia/Downloads/Avaliacao_institucional_-_a_avaliacao_da_escola_como_instituicao_Angelo_Ricardo_Souza%20(2).pdf)

Acesso em: 20 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** 2010. Disponível em: <

[file:///C:/Users/Renata/Downloads/Caminhos_possiveis_na_construcao_da_gestao_democratica_da_escola._SOUZA_Angelo_Ricardo_de_et_al%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/Caminhos_possiveis_na_construcao_da_gestao_democratica_da_escola._SOUZA_Angelo_Ricardo_de_et_al%20(4).pdf)>. Acesso

em: 19/07/201

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** 2010.

Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4734&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 06/07/ 2014 .

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão:

novas demandas para o gestor. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n72, p.88-96, fev/jun.2000. Disponível em: <

[file:///C:/Users/Renata/Downloads/A_autonomia_da_escola_e_democratizacao_de_sua_gestao_Lauro_Carlos_Wittmann%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/A_autonomia_da_escola_e_democratizacao_de_sua_gestao_Lauro_Carlos_Wittmann%20(1).pdf)>. Acesso em: 13/06/2014

ZANTEN, Agnes Van. Territorização da ação educativa. Dicionário de Educação.

Petrópolis: RJ: Vozes, 2011, p.763-766. Disponível em: <

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4727&advanced=0&paging=&page=4>> Acesso 31/07/2014

ANEXOS

ANEXO A



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 738966 / 2014 , QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR
INTERMÉDIO DE SUA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A CAIXA ESCOLAR CAIXA ESCOLAR DOS
PALMARES - IBIRITE - BH - METROPOLITANA B - 42º SRE

O Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Educação, CNPJ nº 18.715.599/0001-05, representada por seu(a) Secretário(a) **Ana Lúcia Almeida Gazzola**, nos termos da Delegação de Competência publicada no Minas Gerais de **03/01/2011**, e a Caixa Escolar **CAIXA ESCOLAR DOS PALMARES**, CNPJ nº **23845860000121**, representada por seu(a) presidente **EDUARDO SANTOS ARAÚJO** CI nº **RG678621870** CPF nº **82296952534**, resolvem celebrar este Termo de Compromisso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objetiva o presente instrumento repassar à Caixa Escolar, recursos financeiros para **AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE PRÉDIO ESCOLAR**

CLÁUSULA SEGUNDA - O ESTADO/SECRETARIA se obriga:

a) repassar os recursos financeiros previstos neste Termo; b) acompanhar e orientar a execução; c) analisar, por intermédio da Superintendência Regional de Ensino, a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Caixa Escolar se obriga:

a) utilizar os recursos financeiros repassados e seus rendimentos de aplicações financeiras de acordo com o previsto no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo;
 b) cumprir o objeto deste Termo;
 c) prestar contas à Superintendência Regional de Ensino no prazo estipulado na Cláusula Quinta deste Termo e de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Planejamento e Finanças da SECRETARIA, constantes em Manual específico.

CLÁUSULA QUARTA - O valor total deste instrumento jurídico, a ser depositado no Banco DO BRASIL, nº 001, Agência 2115-6 Conta nº 42.034-4, é de **RS 275.185,25 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE CINCO CENTAVOS)**, à conta da(s) dotação(es) orçamentária(s) constantes no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo, e de acordo com o(s) seguinte(s) elemento(s) de despesa(s): Despesas Correntes (335043): R\$4.800,00 / Despesas de Capital (445042): R\$ 270.385,25

CLÁUSULA QUINTA - Este Termo vigorará da data de sua assinatura até 30/09/2015, devendo a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos ser entregue pela Caixa Escolar à Superintendência Regional de Ensino de sua jurisdição, no máximo até 30 (trinta) dias após o término da vigência.

CLÁUSULA SEXTA - Por acordo entre as partes, este Termo poderá sofrer alterações quanto à sua vigência e metas, mediante a celebração de termo aditivo, coerentes com o Plano de Trabalho, devendo ainda a alteração ser aprovada pela Unidade Gerenciadora do Projeto.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O aditamento de prazo deverá ser justificado e solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência estabelecida na Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Este Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre os signatários, ou pelo Estado/Secretaria, unilateralmente, por ato motivado.

CLÁUSULA OITAVA - Fica o Estado/Secretaria responsável pela publicação do extrato deste Termo no "Minas Gerais".

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, que prevalecerá sobre qualquer outro, para dirimir questões oriundas deste Termo.

Assim, estando firmes e acordados, os signatários firmam este Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 24 de Março de 2014.

Ana Lúcia Almeida Gazzola

Secretário(a) de Estado de Educação, pelo Estado de Minas Gerais

Eduardo Santos Araújo
 EDUARDO SANTOS ARAÚJO

Presidente da Caixa Escolar CAIXA ESCOLAR DOS PALMARES


ASS em 03/04/14

OT - 145358

CP - 004 cop

CP2 - 999

ANEXO B



Escola Estadual dos Palmares

Decreto de Criação: 26.880 de 13.03.1987

Portaria Ensino Fundamental 1.669/1987 de 02/04/1987 / Portaria Ens. Médio 03/2010 de 09/01/2010

Rua Icarai, nº 320, Bairro Palmares Ibirité – MG CEP 32.400-000 TEL.: (031)3598-2369 e-mail: escola.9121@educacao.mg.gov.br

Calendário Escolar 2014

Ensinos Fundamental e Médio

JANEIRO 0 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	FEVEREIRO 21 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	MARÇO 19 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	ABRIL 20 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	MAIO 21 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	JUNHO 8 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
JULHO 16 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	AGOSTO 22 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	SETEMBRO 22 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	OUTUBRO 18 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	NOVEMBRO 19 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	DEZEMBRO 15 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

Legenda:

- Início e Tér. ano letivo Letivo
- Feriado
- Recesso
- Férias Escolares
- Festa Julina (Letivo)
- Sábado Letivo
- Dia da Consciência Negra
- Planejamento (Dia Escolar)
- Conselho de Classe
- Dia "D" do PIP
- Sem. Percurso Curricular REINVENT. O ENSINO MÉDIO
- Assembleia do Colegiado (Letivo)
- Assmbléia Geral
- Reun. Ord. do Colegiado (Letivo)

Dias letivos:

0	JANEIRO
21	FEVEREIRO
19	MARÇO
20	ABRIL
21	MAIO
8	JUNHO
15	JULHO
22	AGOSTO
22	SETEMBRO
18	OUTUBRO
19	NOVEMBRO
15	DEZEMBRO
200	TOTAL

Bimestres letivos:

1º BIMESTRE:	De 03/02 a 04/04	Dias letivos:	44 dias letivos
2º BIMESTRE:	De 07/04 a 11/06	Dias letivos:	45 dias letivos
3º BIMESTRE:	De 14/07 a 30/09	Dias letivos:	59 dias letivos
4º BIMESTRE:	De 01/10 a 19/12	Dias letivos:	52 dias letivos

Colegiado:

Carla Rosete Rodrigues, M. G. Rodrigues, Ana Carolina Santos, Marilene Pinheiro de Oliveira

Direção:

Eduardo Santos Araújo
 Diretor III IGF-MG 14/02/12
 MASP: 1.130.957-2
 ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

Secretário (a):

Marilene Pinheiro Araújo
 E. E. dos Palmares
 Secretária Escolar
 Masp: 860763-5 / 710.770

Inspeção:

Luiz Carlos Pinheiro
 ANE - Inspetor Escolar
 MASP: 1224911-6

Hino Nacional Brasileiro

* Será executado semanalmente toda Sexta -feira (Cf. Lei 12.031/2009)

Observações: As Reuniões do Colegiado acontecem sem prejuízo das atividades letivas, no pós turno.

Calendário conforme Resolução SEE Nº 2368/13 de 09/08/13

22/fev	Reposição do 13/10
08/mar	Reposição do 14/10
26/abr	Reposição do 15/10
10/mai	Reposição do 16/10
26/jul	Reposição do 17/10
09/ago	Reposição do 27/11

Ibirité/MG, 14 de março de 2014.

ANEXO C

ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES

MATRIZ CURRICULAR - ANO 2014

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

CICLO DA ALFABETIZAÇÃO / CICLO COMPLEMENTAR

Embasamento Legal: Conforme Lei Federal 9394/96 e Resolução SEE n° 2.197 de 26/10/2012.

BASE NACIONAL COMUM Lei 9394/96	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO									CICLO COMPLEMENTAR						INDICADORES FIXOS
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO			
			AS	AH	CH	AS	AH	CH	AS	AH	CH	AS	AH	CH	AS	AH	CH	
Linguagens	Língua Portuguesa	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	DIAS LETIVOS : 200 SEMANAS LETIVAS ANUAIS: 40	
	Educação Física	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20		
	Arte	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20		
Matemática	Matemática	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05 MÓDULOS DIÁRIOS: 05 AULAS SEMANAIS: 25	
Ciências da natureza	Ciências	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00		
	História	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00		
	Geografia	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00		
Ensino Religioso	Educação Religiosa	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	DURAÇÃO DO RECREIO: 25 min. DURAÇÃO DO MÓDULO: 50 min. CARGA HORÁRIA ANUAL: 800h	

	Total	24	960	800:00	24	960	800:00	24	960	800:00	24	960	800:00	24	960	800:00	
--	-------	----	-----	--------	----	-----	--------	----	-----	--------	----	-----	--------	----	-----	--------	--

Observações: Vide verso deste documento.

IBIRITÉ 14 DE MARÇO DE 2014

ASSINATURA DO DIRETOR

ASSINATURA DO COLEGIADO

ASSINATURA DO INSPECTOR

OBSERVAR:

- **Preparação Básica para o trabalho, Aspectos da vida Cidadã (Saúde, Sexualidade, Educação para o trânsito e Vida Familiar e Social)** serão oferecidos articulados as áreas de conhecimento no ensino fundamental;
- **Educação para o consumo** – Lei Estadual nº 12909, de 24/06/1998, integrada a História e Geografia, nos currículos de ensino fundamental;
- **Educação ambiental** – Lei Federal nº 9795, de 27/04/1999, integrada aos conteúdos de Ciências e Biologia nos Currículos do ensino fundamental;
- **Higiene Bucal** – Lei estadual nº 13.802 de 27/12/2000, integrado a Ciências no currículo do ensino fundamental;
- **Uso de drogas e Dependência Química** – Lei federal nº 13.411, de 22/12/1999 e Resolução SEE nº 01 de 23/02/2001, integrado a Ciências no currículo do ensino fundamental;
- **História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas** – LEI Federal nº 11.645, de 10/03/2008 integrada a Artes/Arte e História nos currículos do ensino fundamental;
- **Direitos das crianças e dos adolescentes** – Lei Federal nº 11.525, de 25/09/2007 e Resolução SEE nº. 1307, de 27/03/1999, integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental, tendo como diretriz a lei 8069, de 13/07/99 - ECA;
- **Ensino de música** – Lei Federal nº .11.749, de 18/08/2008, integrado a Arte, nos currículos de ensino fundamental;
- **Lei do Idoso** – Lei Federal 10741/2003;
- **Lei do Trânsito** – Lei Federal 9503/97
- **ECA** – 8069/90
- **Lei Ambiental** – Lei 9795/99

ASSINATURA DO DIRETOR

ASSINATURA DO COLEGIADO

ASSINATURA DO INSPETOR

MATRIZ CURRICULAR- ANO 2014

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CICLO INTERMEDIÁRIO / CICLO DA CONSOLIDAÇÃO

Embasamento Legal Conforme Lei Federal 9394/96 e Resolução SEE n° 2.197 de 26/10/2012.

BASE NACIONAL COMUM Lei 9394/96	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CICLO INTERMEDIÁRIO						CICLO DA CONSOLIDAÇÃO						INDICADORES FIXOS
			6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO			
			AS	AH	CH	AS	AH	CH	AS	AH	CH	AS	AH	CH	
Linguagens	Língua Portuguesa	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	06	240	200:00	DIAS LETIVOS : 200 SEMANAS LETIVAS ANUAIS: 40	
	Educação Física	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40		
	Arte	01	40	33:20	01	40	33:20	-	-	-	-	-	-	DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05	
Matemática	Matemática	05	200	166:40	05	200	166:40	05	200	166:40	05	200	166:40	MÓDULOS DIÁRIOS: 05 AULAS SEMANAIS: 25	
Ciências da Natureza	Ciências	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00	DURAÇÃO DO RECREIO: 15 min DURAÇÃO DO MÓDULO:	
Ciências Humanas	História	02	80	66:40	03	120	100:00	03	120	100:00	03	120	100:00		
	Geografia	03	120	100:00	02	80	66:40	03	120	100:00	03	120	100:00		
Ensino Religioso	Educação Religiosa	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20	01	40	33:20		

Parte Diversificada	Linguagens	L.E.M: Inglês	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	02	80	66:40	50 min CARGA HORÁRIA ANUAL: 833:20
	TOTAL		25	1000	833:20	25	1000	833:20	25	1000	833:20	25	1000	833:20	

ASSINATURA DO DIRETOR

ASSINATURA DO COLEGIADO

ASSINATURA DO INSPETOR

OBSERVAR:

- **Preparação Básica para o trabalho, Aspectos da vida Cidadã (Saúde, Sexualidade, Educação para o trânsito e Vida Familiar e Social)** serão oferecidos articulados as áreas de conhecimento no ensino fundamental;
- **Educação para o consumo** – Lei Estadual nº 12909, de 24/06/1998, integrada a História e Geografia, nos currículos de ensino fundamental;
- **Educação ambiental** – Lei Federal nº 9795, de 27/04/1999, integrada aos conteúdos de Ciências e Biologia nos Currículos do ensino fundamental;
- **Higiene Bucal** – Lei estadual nº 13.802 de 27/12/2000, integrado a Ciências no currículo do ensino fundamental;
- **Uso de drogas e Dependência Química** – Lei federal nº 13.411, de 22/12/1999 e Resolução SEE nº 01 de 23/02/2001, integrado a Ciências no currículo do ensino fundamental;
- **História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas** – LEI Federal nº 11.645, de 10/03/2008 integrada a Artes/Arte e História nos currículos do ensino fundamental;
- **Direitos das crianças e dos adolescentes** – Lei Federal nº 11.525, de 25/09/2007 e Resolução SEE nº. 1307, de 27/03/1999, integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental, tendo como diretriz a lei 8069, de 13/07/99 - ECA;
- **Ensino de música** – Lei Federal nº .11.749, de 18/08/2008, integrado a Arte, nos currículos de ensino fundamental;
- **Lei do Idoso** – Lei Federal 10741/2003;

- **Lei do Trânsito** – Lei Federal 9503/97
- **ECA** – 8069/90
- **Lei Ambiental** – Lei 9795/99

ASSINATURA DO DIRETOR

ASSINATURA DO COLEGIADO

ASSINATURA DO INSPETOR

MATRIZ CURRICULAR - REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO

Diurno - VIGÊNCIA 2014

Empreendedorismo e Gestão / Turismo

Lei Nº 9394/1996 de 20/12/1996, Res. SEE nº: 2.197 de 26/10/12, Res. SEE nº: 2486 de 20/12/13, (2º e 3º anos/Terminalidade, conforme Anexo VIII da Res. 2486 de 20/12/13)

CONTEÚDOS BÁSICOS COMUNS			1º Ano			2º Ano			3º Ano				
			MAS	MAA	CHA	MAS	MAA	CHA	MAS	MAA	CHA		
Base Nacional Comum	ÁREAS DO CONHECIMENTO	Linguagem	Língua Portuguesa	4	160	133:20	4	160	133:20	4	160	133:20	
			Arte	1	40	33:20	-	-	-	-	-	-	
			Educação Física	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
		Matemática	Matemática	4	160	133:20	4	160	133:20	4	160	133:20	
		Ciências da Natureza	Física	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
			Química	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
			Biologia	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
		Ciências Humanas	Geografia	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
			História	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40	
			Sociologia	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	
			Filosofia	1	40	33:20	1	40	33:20	1	40	33:20	
		Parte Diversificada	Linguagem	LEM – Inglês Obrigatória	2	80	66:40	3	120	100:00	3	120	100:00
				LEM – Espanhol * Opcional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		M P R W		Subtotal	25	1000	833:20	25	1000	833:20	25	1000	833:20

Turismo	Conteúdos da Área	Turismo: Fundamentos Históricos e Culturais	1	40	33:20						
		Meio Ambiente e turismo: espaço, paisagem e território	1	40	33:20						
		Atratividade turística: valores culturais e paisagísticos	1	40	33:20						
	Conteúdos Práticos	Conteúdos Práticos: Impactos do turismo	2	80	66:40						
		Subtotal	5	200	166:40						
Empreendedorismo e Gestão	Conteúdos da Área	Fundamentos de Gestão e Planeamento Estratégico	2	80	66:40						
		Ambiente Empresarial	1	40	33:20						
	Conteúdos Práticos	Empreendedorismo	2	80	66:40						
		Subtotal	5	200	166:40						
Total			30	1200	1000:00						

MAS = MÓDULOS-AULA SEMANAIS

MAA= MÓDULOS-AULA ANUAL

CHA = CARGA HORÁRIA ANUAL

Observações e assinaturas: vide verso.

Indicadores Fixos:

Duração do Módulo-Aula: 50'
Número de dias letivos semanais: 5
Número de semanas letivas: 40
Número de dias letivos anuais: 200
Recreio: 15'

Observações:

1 – Estudo sobre a dependência química e as consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso de drogas, serão integrados a todos os conteúdos conforme Decreto n.º 41.166 de 06-07-2000.
2 – Educação Ambiental sendo desenvolvida como prática educativa interdisciplinar, contínua e permanente (Lei n.º 15.441/05 de 11/01/2005).
3 – Estudos e Atividades relacionados com a educação para o consumo e preparação para o trabalho desenvolvido em todos os conteúdos do currículo (Lei n.º 12.909/98 de 24/06/1998).
4 – A temática Estudo dos Direitos Humanos será integrado à História (Lei n.º 12767/98 de 21/01/1998).
5 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Ministrada no âmbito de todo currículo, em especial nas áreas de educação artística, Literatura e História Brasileiras (Lei n.º 11645/08 de 10/03/2008).
6 – Educação para o Trânsito – será desenvolvida na pré-escola, em todo Ensino Fundamental e Médio de acordo com artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro.
7 – Estudos e atividades relativos ao Cooperativismo deverão permear as diversas disciplinas da Base Nacional Comum – (Lei Federal n.º 9394/96 de 20/12/1996 – Lei Federal n.º 5764/71 de 16/12/1971 – Decreto Estadual n.º 44009/05 de 19/04/2005).
8 – Ensino da Música – ministrado na disciplina de Arte, conforme Lei n.º 11769/08 de 18/08/2008.
9 – Educação Alimentar e Educacional na escola – Ministrada de forma integrada aos temas transversais relacionados a saúde e a educação ambiental, conforme Lei Federal n.º 11947 de 16/06/2009 e leis Estaduais n.º 15072 de 05/04/2004 e n.º 18732 de 04/09/09.
10 -A segunda Língua Estrangeira será oferecida no 2º (segundo) e no 3º (terceiro) ano do Ensino Médio, em cumprimento à Lei Federal nº 11.161/05. Não ocorrendo, por parte do aluno a escolha da segunda Língua Estrangeira Moderna -LEM a ser ofertada, caberá a instituição destinar este módulo-aula semanal para o conteúdo de LEM ofertado em caráter obrigatório, ficando assim este conteúdo com 3 (três) módulos-aula semanais.
11 - * Não houve escolha por parte do aluno da segunda LEM - Espanhol a ser ofertada, conforme Lei Federal Nº11.161/05. Este módulo- aula semanal será destinado para o conteúdo LEM - Inglês ofertado em caráter obrigatório, ficando assim este conteúdo com 03 (três) módulos-aula semanais.

Data:

Assinaturas do Colegiado da Escola

Assinatura do Diretor

Assinatura do Inspetor



ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES – ANO 2014
 Decreto de Criação: 26.880 de 13.03.1987
 Rua Icarai, nº 320, Bairro Palmares Ibirité – MG
 CEP 32.400-000 TEL.: (031)3598-2369

PLANO CURRICULAR
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL 2014
(ENS. FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS)
 (Lei 9394/96; Res. SEE 2197/2012)

	Atividades	Oficinas	4º e 5º anos		
			AS	HÁ	CHA
Base Nacional Comum – Lei 9394/96	Acompanhamento Pedagógico	Alfabetização/ Letramento/ Para Casa/ Matemática	8	320	266:40
	Cultura e Arte	Alfabetização e Letramento/ Rádio Escolar/ Jogos Lúdicos/ /	5	200	166:40
	Direitos Humanos e Cidadania	Educação para a paz/ Orientação sexual	4	160	133:20
	Segurança Alimentar Nutricional	Higiene e Formação de hábitos/	5	200	166:40
	Educação Socioambiental	Passeios temáticos/ Projetos/ Brincadeiras	4	160	133:20
	Esporte e Lazer	Jogos e Luta/ Xadrez/ Dança/ Brincadeira	4	160	133:20
	Total		30	1200	1000:00

Indicadores Fixos:

Dias Letivos Anuais: 147 dias

Semanas Letivas Anuais: 29 semanas

Dias Letivos Semanais: 05

Módulos aula semanais: 30

Módulo: 50 minutos

Data:

Membros do Colegiado:

Diretor:

Inspetor:



ESCOLA ESTADUAL DOS PALMARES – ANO 2014
 Decreto de Criação: 26.880 de 13.03.1987
 Rua Icarai, nº 320, Bairro Palmares Ibirité – MG
 CEP 32.400-000 TEL.: (031)3598-2369

PLANO CURRICULAR
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL 2014
(ENS. FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS)
 (Lei 9394/96; Res. SEE 2197/2012)

	Atividades	Oficinas	6º e 7º anos		
			AS	HÁ	CHA
Base Nacional Comum – Lei 9394/96	Acompanhamento Pedagógico	Língua Portuguesa (Reforço Escolar)	8	320	266:40
		Matemática (Reforço Escolar)	8	320	266:40
	Cultura e Arte	Alfabetização e Letramento/ Rádio Escolar/ Jogos Lúdicos/ /	2	80	66:40
	Direitos Humanos e Cidadania	Educação para a paz/ Orientação sexual	1	40	33:20
	Segurança Alimentar Nutricional	Higiene e Formação de hábitos/	5	200	166:40
	Educação Socioambiental	Passeios temáticos/ Projetos/ Brincadeiras	2	80	66:40
	Esporte e Lazer	Jogos e Luta/ Xadrez/ Dança/ Brincadeira	4	160	133:20
	Total		30	1200	1000:00

Indicadores Fixos:

Dias Letivos Anuais: 147 dias

Semanas Letivas Anuais: 29 semanas

Dias Letivos Semanais: 05

Módulos aula semanais: 30

Módulo: 50 minutos

Data:

Membros do Colegiado:

Diretor:

Inspetor

